



Visita de Aureliano tratará de política e economia. Especialmente sobre a dívida externa

Aureliano propõe saída para dívida

O presidente Figueiredo volta hoje a tomar contato direto com a crise brasileira. Receberá, pela manhã, na Granja do Torto, documento propondo renegociação da dívida externa brasileira de governo para governo. O portador do documento é ninguém menos que o presidente em exercício, Aureliano Chaves. A tese surgiu e prosperou ao longo da sua interinidade e baseia-se em um raciocínio aparentemente lógico: não há solução técnica para a dívida externa brasileira. Insistir nesse caminho equivale a caminhar, em plano inclinado, para a moratória.

Moratória, segundo o ministro Camilo Penna, é palavra que não consta nos dicionários do Governo. O raciocínio da área econômica é de que ela desorganizaria ainda mais a economia brasileira, levando à sucata todo o nosso parque industrial. A palavra-chave, portanto, é renegociação. Entende o Governo que, ao transformar a renegociação da dívida em questão política e diplomática (e não mais técnica), terá condições de colocar algumas ponderações. Entre elas, a de que o endividamento brasileiro não ocorreu por mera imprevidência nossa. Os Estados Unidos, ao rearrumarem sua economia, alteraram bruscamente as regras do mercado financeiro, aumentando substancialmente a taxa de juros, e criando barreiras ao livre comércio.

O desarranjo que tal mudança ocasionou nas economias dependentes do Terceiro Mundo, como a nossa, é fator de desestabilização política que, seguramente, não interessa aos países parceiros do Primeiro Mundo. Esse o argumento básico que orientaria os entendimentos brasileiros com os governos dos países credores. Aureliano fará essas ponderações ao presidente Figueiredo, muito embora esteja ciente de que encontrará resistências dentro do próprio Governo à tese. O obstáculo maior situa-se na área econômica, que se veria desalojada do comando incontrastável que exerce dentro do Governo. O Itamarati, no entanto, apóia a tese, que o fortalece.

GOVERNO PARALELO

Esses desencontros ilustram bem em que nível a presença do presidente em exercício causou

incômodos no interior do regime. Há quem atribua à excessiva desenvoltura com que Aureliano assumiu a Presidência o rápido retorno de Figueiredo ao Brasil. Permanecem os temores de que a simples presença do Presidente efetivo na Granja do Torto contribuirá para a criação de um governo paralelo. O chefe do Gabinete Militar, general Rubem Ludwig, negou veementemente tal fato. Mas o entra-e-sai que a partir de hoje se registrará na Granja evidencia, senão um paralelismo, ao menos um fator de constrangimento para o presidente em exercício.

A curta interinidade de Aureliano gerou expectativas de mudança em vários setores do Governo e da sociedade. Empresários influentes de São Paulo, em documento entregue a Aureliano, foram taxativos ao pedirem a substituição do comando da economia brasileira. O PDS, igualmente, reivindica essas mudanças. E mais: só continuará a apoiar o Governo em momentos difíceis — e esse é o caso presente, quando tramita no Congresso o Decreto 2.045, que reduz os salários — se, antes, for ouvido sobre as decisões. Essas questões, obviamente, estão fora do alcance do presidente em exercício. O mesmo ocorre com o malfadado pacto PDS-PTB.

Aureliano não está em condições de atender as exigências da presidente do PTB, deputada Ivete Vargas, que exige participação de seu partido na administração federal em escala superior à que lhe foi oferecida. Ivete, ciente das limitações de Aureliano, já avisou que só voltará a conversar sobre o assunto com o próprio presidente Figueiredo. Mas adiantou, pelo menos, um tópico de sua conversa: a falta de vivência política do chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, é um obstáculo à consolidação do pacto. Nesse ponto, ela está de acordo com o PDS, que há tempos se queixa da falta de um canal de comunicação com o Palácio do Planalto. Argumentam os pedessistas: se o presidente Figueiredo não gosta de política com "p" minúsculo — como declarou em Cleveland —, que ao menos se cerque de alguém que a faça.

SUCESSÃO

Outro tema que a partir de ho-

je volta a ganhar intensidade é o da sucessão presidencial. O afastamento do presidente Figueiredo não chegou a contranger os principais candidatos, que continuaram em campanha. Mas, evidentemente, o assunto ficou mais restrito aos bastidores. Os partidários da candidatura Andreazza esperam que, com a volta de Figueiredo, o ministro recupere o espaço que desfrutava dentro do Governo. Aureliano, ao transferir para o Conselho de Segurança Nacional — do qual participam indistintamente todos os ministros de Estado e os chefes das Três Armas — tirou de Andreazza o comando das ações oficiais em face das enchentes no Sul e da seca no Nordeste.

O ministro Andreazza espera ouvir de Figueiredo a confirmação de que é seu candidato predileto. Segundo ele, Figueiredo fez essa afirmação a terceiros, mas, pessoalmente, nada lhe disse a respeito. O retorno de Figueiredo esvazia também a ação do vice Aureliano Chaves, que retorna à luta sucessória no mesmo posto em que a deixou: o terceiro lugar, atrás de Mário Andreazza e Paulo Maluf.

SAÚDE

Está nos planos do presidente Figueiredo passar parte de sua convalescência em Nogueira, distrito de Petrópolis, no Estado do Rio, onde possui um sítio. O afastamento serviria também para desfazer rumores de um governo paralelo e deixar mais à vontade o presidente em exercício. Ontem, na Granja do Torto, Figueiredo teve um dia tranquilo, recebendo apenas visita de familiares e dos médicos Newton Mattos e José Salmto.

"O Presidente está ansioso para reassumir seu cargo. Está com muita disposição para voltar ao trabalho", constatou o médico Salmto. Segundo ele, após examinar Figueiredo, não haverá necessidade de se pedir prorrogação da licença médica, pois o Presidente se recupera muito bem. A ida a Nogueira está prevista para o próximo fim de semana.

Resta, pois, só esta semana para que o Presidente efetivo e o Presidente em exercício articulem algum esboço de solução tanto para a estratégia sobre o tratamento futuro dos compromissos econômicos, quanto para as questões de política interna.